



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS  
E CIDADANIA**

**PRESIDENTE: ÉRIKA HILTON**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 07/12/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

**A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton)** – Na qualidade de Presidente da Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Relações Internacionais que tem como tema: Transmasculinidades, declaro abertos os trabalhos.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo, através do endereço [www.saopaulo.sp.leg.br](http://www.saopaulo.sp.leg.br), no *link* Auditórios Online e pela Sala Tiradentes. Informo ainda que as inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo.

De forma muito breve, antes de passar a palavra aos Vereadores que compõem esta Comissão, quero dizer da satisfação de estarmos nesta manhã discutindo um tema tão importante e que, como dizia, ainda bastante nebuloso, porque diz respeito ao debate das identidades, da sexualidade, dentro da própria comunidade LGBTQIA+. É preciso consolidar um espaço de luta, um espaço de discussão, um espaço de ampliação e um espaço de escuta para os debates que ocorrem acerca das transmasculinidades; por isso, nós estamos aqui, para ouvir as pessoas transmasculinas, para pensarmos em políticas públicas, para encontrarmos soluções às problemáticas apresentadas por parte da comunidade transvestigênera.

Quais dos Srs. Vereadores estão de forma *on-line*? Eu ouvi o nobre Vereador Daniel Annenberg, que registrou presença.

Tem a palavra o nobre Vereador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** – Querida Presidente Erika Hilton, a sua presença na Câmara Municipal tem um valor excepcional, sobretudo porque há certos temas que, não fosse a sua presença e tão ativa iniciativa nesta Casa, nós dificilmente teríamos algo como esta sequência de sessões da Comissão de Direitos Humanos para tratar das pessoas trans, seja do lado masculino ou feminino.

Então, muito tenho aprendido na nossa convivência e quero desejar bom dia a todas, todos e todes. Como Vice-Presidente desta Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Relações Internacionais, saúdo a Mesa que se compõe para debatermos

sobre a população transmasculina do Município de São Paulo, bem como possíveis caminhos para a elaboração de propostas que visem o avanço das pautas que aqui serão apresentadas.

A retirada da transexualidade como transtorno mental pela Organização Mundial da Saúde, na 11ª versão da Classificação Internacional de Doenças e Problemas de Saúde – CID 11 – para integrar ou ter condições ligadas à saúde sexual, sendo classificada como incongruência de gênero, sinaliza um avanço consolidando a garantia de uma luta e possibilitando a cada um ter autonomia para definir e viver conforme sua identidade de gênero.

No Brasil, ainda é grande a invisibilidade da população trans masculina, refletindo conseqüentemente nas políticas públicas em que o Estado não apenas se mantém omissivo, como tem se mostrado altamente transfóbico, criminalizando a existência de pessoas trans e institucionalizam a transfobia e o racismo por gênero. Ademais, também acarreta a falta de promoção de qualidade de vida, dos direitos e da dignidade da pessoa humana, até mesmo em ser tratada socialmente pelo gênero ao qual se identifique e se apresenta publicamente.

São diversos os desafios que essa população enfrenta cotidianamente em um país que ainda se mantém na liderança como o país que mais assassina pessoas trans no mundo.

Mas não devemos reduzir a população transmasculina somente às violências vivenciadas. Temos grandes exemplos de luta, força e resistência, como de João Nery, uma referência de pioneirismo de luta, resistência, desbravamento, conquista, que ainda em 1977, durante a Ditadura Militar e de maneira clandestina, realizou a cirurgia de redesignação sexual tornando-se o primeiro homem trans a realizar o procedimento no Brasil secretamente.

João também realizou a retificação dos documentos, perdendo assim todos os seus direitos incluindo o seu diploma de psicólogo. Mesmo assim, deixou o seu legado inicial em sua autobiografia: *Viagem solitária - Memórias de um transexual 30 anos depois*, publicada em 2011.

Outro exemplo é de um grande escritor e poeta brasileiro, que tive a oportunidade de conhecer pessoalmente: Anderson Herzer, que viveu dos 14 aos 17,5 anos na FEBEM, onde se tornou alvo não só de agressões verbais entre os dirigentes, mas de episódios sucessivos de

tortura físicas, documentados à mão pelo próprio Herzer no livro *A Queda para o Alto*, publicado pela Editora Vozes em 1982.

Lançado às vésperas do final da Ditadura Militar, a obra foi duplamente pioneira, além de ter sido o primeiro relato de um egresso da FEBEM, instituição extinta em 2006. Também é considerado o primeiro livro escrito por um autor transgênero no Brasil.

Dessa forma, a presente audiência tem como objetivo, tal como os exemplos citados, lembrar a luta e a força dos transmasculinos, continuar nessa batalha por uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.

Cito um poema de Anderson Herzer em sua memória: “Tentei, venci, porém um dia faleci/ A vitória conquistei, hoje estou na sua lembrança / Sou talvez uma alma oculta, eu que fui esperança”.

Fui eleito Deputado Estadual pela primeira vez em 1978 e, pouco a pouco, fui interagindo com os movimentos dos trabalhadores metalúrgicos, dos professores, dos lixeiros e tantos outros. Também fui procurado, por exemplo, pelo Movimento em defesa do menor, do qual Lia Junqueira era Presidente, e ela me disse: “Olha, na FEBEM, estão ocorrendo maus tratos de menores”. Eu fui visitar e verifiquei que, de fato, alguns menores, por vezes, eram maltratados.

E um dia ela me disse: “Olha, há uma moça de 17,5 anos que está lá há 3,5 anos e o juiz de menores disse que se alguém puder dar um sustento a ela poderá ser libertada. Eu então fui à sede do Movimento em defesa do menor, em Perdizes, e ouvi a história contada por ela mesma, que era Sandra Mara Herzer, porém mais se sentia Anderson Herzer.

Ela me contou que, nascida no norte do Paraná, um dia ela percebeu uma correria em casa e soube que seu pai havia sido assassinado. Era Rolândia a cidade. E então a sua mãe, tendo dificuldades de sobrevivência, resolveu se prostituir; mas pegou uma doença venérea e veio a falecer. Depois disso, ela foi viver com a sua avó, muito querida, mas que já com mais idade faleceu também.

Então, ela foi viver com a tia, que era casada com um senhor mais velho, e primeiro foram para Foz do Iguaçu, mas depois se mudaram para São João Clímaco, perto de Heliópolis. Ela era uma pessoa de muita energia e passou a namorar um rapaz que tinha o apelido de bigode, com trinta e poucos anos, mas esse rapaz andava de motocicleta e sofreu um desastre, veio a falecer. E ela escreveu no pulso dela “bigode”.

Às vezes, ela saía à noite pelos bares e tomava coca-cola com Optalidon. Isso dificultava que ela acordasse na hora certa para ir para a escola. A tia, então, mandou-a para um lugar para menores, mas ela voltou para casa. E, um dia, o tio resolveu tentar ter relações sexuais com ela, mas ela brigou com ele e quebrou o braço, então a tia mandou-a para a FEBEM, onde ela ficou dos 14 aos 17,5 anos.

Eu, ouvindo aquela história, disse: “Olha, eu vou convidá-la para ser estagiária no meu gabinete. Você vai aprender um pouco de tudo”. Naquela época, não tinha ainda computador. “Você vai ajudar a atender o telefone, tirar xerox, atender as pessoas e aprender um pouco, e eu vou lhe dar o suficiente para você se alimentar, pagar uma pensão e você vai trabalhar comigo”. E assim aconteceu.

Eis que, certo dia, ela resolveu prestar um concurso da Assembleia Legislativa, chegou ao meu gabinete e me mostrou um poema no qual ela acabava falecendo. Eu questionei: mas por quê? Porque quando eu a convidei para trabalhar comigo, eu falei “olha, além de você aprender isso tudo, como você escreve muito bem – porque ela me mostrou os poemas dela – eu acho que será importante você publicar os seus livros contando a sua história” e disse que uma das responsabilidades dela seria escrever essa história, e ela aceitou.

Eu mandei o livro para a Editora Vozes, Leonardo Boff e Rose Marie Muraro o acharam formidável e resolveram publicar.

Mas um dia ela veio ao meu gabinete, no dia seguinte ao exame, e contou que aquele que tomava conta do exame olhou a sua carteira de identidade – porque ela, já então se sentindo um rapaz, vestia calça jeans e camiseta – e perguntou a ela: “Mas como assim? Você vem aqui

vestido como homem, e o seu nome é Sandra Mara Rezer?” Ela disse que ficou tão tensa que foi mal no exame e não passou.

Ela me mostrou aquele poema tão bonito, *A queda para o alto*, e falei para ela: “Olha, não se preocupe, porque o seu livro foi aprovado pela Vozes e daqui a dois meses vai ser publicado. Vai ser tamanho o sucesso que você não precisa se preocupar”.

Mas, infelizmente, alguns dias depois, a companheira que morava com ela me ligou por volta da meia-noite: “Olha, ela saiu para a 23 de Maio”. Eu falei: “Peça para ela me ligar logo”. Por volta das seis da manhã, me ligaram da gastroclínica, dizendo: “Uma pessoa caiu do Viaduto 23 de Maio, está gravemente ferida; vamos mandá-la para o Hospital das Clínicas”. Eu cheguei no Clínicas, a vi ainda balbuciando. Pediram para fazerem doação de sangue. E quando eu estava na maca fazendo a doação de sangue, disseram: “Infelizmente, ela faleceu”.

Então eu queria contar essa história.

Aliás, eu estou aguardando o *seu* prefácio ainda – porque o Thammy já escreveu, falta somente o seu – para publicarmos uma nova edição – que alguém aqui vai querer o livro, mas não tenho mais exemplares.

A Erika Hilton e o Thammy vão fazer o prefácio desta nova edição de *A Queda para o Alto*, que eu muito recomendo.

**A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton)** – Obrigada, Vereador Eduardo Suplicy, por compartilhar.

Batam palmas. Podem bater palmas. (Palmas)

Obrigada por compartilhar conosco a história de Anderson Rezer e por nos permitir fazer parte da nova edição do livro *A Queda para o Alto* – porque, como disse V.Exa., a primeira edição peca por algo que acho importante dizer, e que o senhor faz agora.

Quando V.Exa. conheceu Anderson Rezer na condição em que o conheceu, as memórias e a forma como a discussão foi colocada ainda o traziam dentro de uma identidade que não era a identidade de Anderson Rezer. Naquele momento, quando o prefácio da primeira edição foi escrito, ele não dava conta de contemplar todo o debate que nós, como comunidade

de trans e travestis, temos feito neste momento. E acho que é importante para a honra e para a memória de Anderson Rezer que possamos cristalizá-lo como Anderson Rezer, como ele, e não mais com a memória de quando o senhor o encontrou na Febem na cidade de São Paulo.

Eu sei que estou devendo a V.Exa. Irei cumprir de fato. Os prazos estão sempre muito apertados, está difícil dar conta de fazer, escrever e estar em todos os lugares. Mas é importante que é importante que possamos revisitar o prefácio da edição de *A Queda para o Alto* tratando o Anderson Rezer como Anderson Rezer, tratando Anderson Rezer como ele, porque apesar de, naquele momento, esta identidade não estar colocada, após aquele momento, nós entendemos que Anderson Rezer é uma identidade transmasculina, e deve, então, ser tratada e colocada no prefácio desta nova edição com uma identidade transmasculina.

Eu entregarei a minha parte assim que conseguir escrevê-la.

É importante que o Vereador Eduardo Suplicy tenha trazido tanto o Anderson Rezer quanto o João Nery, no início da sua fala, para a nossa audiência, porque, de fato, são dois nomes extremamente importantes na discussão sobre transmasculinidades, e que norteiam um pouco esse debate, e, inclusive, se transformam em símbolos de luta, de resistência, de voz, de coragem, para outros meninos trans ou outras pessoas transmasculinas. Então que essas memórias nunca sejam esquecidas.

Quem não leu *A Queda para o Alto* precisa ler. É uma literatura muito importante. Eu confesso que, do ponto de vista da poesia, eu não sou tão fã de Anderson Rezer, não me toca poeticamente, mas a escrita, a história; porque o livro é dividido – a primeira parte é escrita, e, depois, no final, são as poesias. Realmente é a história genérica da nossa comunidade. E eu recomendo que todos façam a leitura e que esperem pela nova edição, que contará com a minha participação e a participação do Vereador Thammy Miranda.

Eu vou fazer uma chamada para sabermos quais são as pessoas que estão aqui para entendermos se chamarei para compor a mesa ou se somente darei a palavra a partir do microfone.

Ah, desculpe. Vereador Daniel Annenberg, V.Exa. está aí?

**O SR. DANIEL ANNENBERG** – Estou aqui acompanhando.

**A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton)** – V.Exa. gostaria de fazer uso da palavra?

**O SR. DANIEL ANNENBERG** – Não, eu... [*mudo*]

**A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton)** – Eu não o ouço.

Ele estava falando, e agora eu não ouço mais.

**O SR. DANIEL ANNENBERG** – ... mas vamos juntos.

**A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton)** – Vereador, o áudio de V.Exa. está muito baixo.

O senhor está com fone?

**O SR. DANIEL ANNENBERG** – Eu estou acompanhando. Vamos juntos.

O lugar em que eu estou é muito ruim, mas não preciso fazer uso [da palavra] agora.

Eu vou me deslocar para um lugar melhor. Mas estou acompanhando toda a audiência.

Obrigado.

---

**A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton)** – Excelente.

Obrigada, Vereador Daniel Annenberg.

Luiz Fernando Prado Uchôa, André Dias Cambraia e Gil Santos estão. Caê Vasconcelos era *online*. Caleb Nathaniel, não. E Miguel Ângelo.

Não, eu acho que podem tomar assento à mesa – Luiz Fernando, André Dias, Gilson Santos, Caleb e Miguel Angelo. (Palmas)

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton)** – Vamos passar à escuta dos representantes, para que tragam os seus pontos de vista, as suas observações.

Gosto de lembrar que as audiências públicas têm um caráter de escuta apreciativa para encaminhamento de demandas. Então peço aos senhores que usem o tempo de vossas falas para trazerem explicações que possam contribuir com os trabalhos legislativos desta Casa e destes Vereadores; mas que também possam despertar as provocações necessárias dentro do tema da transmasculinidade. Peço também aos senhores que se atentem ao tempo, porque



precisaremos encerrar dentro do espaço estipulado. Então avisarei caso o tempo esteja sendo extrapolado.

Daremos um tempo de cinco a sete minutos para que cada faça as suas colocações, mas que se atentem ao tempo e façam colocações que possam contribuir para o nosso trabalho, que nós temos muito desafio dentro desta Câmara Municipal no que diz respeito às políticas voltadas às pessoas trans e travestis, mas à comunidade LGBTQIA+ como um todo.

Antes de passar a palavra, gostaria de lembrar de uma vitória bastante importante com relação à política de saúde menstrual – uma política pública de distribuição de absorventes em favor das pessoas que menstruam.

No entanto, o texto original votado na Câmara não contemplava as transmasculinidades – usar esse termo “pessoas que menstruam” é a polêmica dos últimos tempos. Acho importante. E nós tivemos uma discussão muito dura com relação a essa questão da distribuição de absorvente, que nós sabemos o quão é importante – a pobreza menstrual é uma pauta que atinge as mulheres e os homens do nosso país. E nós enfrentamos um debate bastante difícil com relação à inclusão de pessoas trans e de identidade transmasculina dentro desse projeto, que foi aprovado sem a inclusão das identidades transmasculinas. E nós então dissemos: “Não vamos nos conformar com mais uma exclusão com relação à nossa comunidade”; acionamos o Poder Judiciário, e tivemos, pela primeira vez no Brasil, por unanimidade, o reconhecimento pelo Tribunal de Justiça de que a política era, sim, excludente, discriminatória, e que havia a necessidade de incluir homens trans e transmasculinidades dentro da política pública de distribuição de absorventes na cidade de São Paulo.

Acho que para esta audiência é importante demarcarmos os desafios, obstáculos e dificuldade que enfrentamos na inclusão das pessoas trans, na inclusão do debate sobre pessoas trans e a comunidade LGBT dentro das políticas públicas. E esta audiência é importante, pois nos permite acumular informações trazidas pelos nossos convidados.

Passo a palavra ao Sr. Luiz Fernando Prado Uchôa.

**O SR. LUIZ FERNANDO PRADO UCHÔA** – Bom dia a todos, todas e *todes*.

Meu agradecimento especial aos Vereadores presentes Eduardo Suplicy e Erika Hilton; ao Daniel Annenberg, que está a distância, mas é um grande parceiro das causas transmasculinas e LGBTQIAP+, no geral.

O Vereador trouxe um relato muito interessante.

Eu acho muito importante, na data de hoje, além de relembrar do grande do João Nery, também um nome que é esquecido, infelizmente, pela comunidade, que é o de Anderson Rezer.

O Vereador, ao trazer essa história, esse relato, que ele não foi suicidado sozinho – não podemos nos esquecer disso. A partir do momento que ele teve a impossibilidade de ser reconhecido pelo seu nome, pela sua identidade, para exercer a sua cidadania, ele não foi suicidado sozinho. É isso que eu gostaria de trazer a esta audiência.

A Erika Hilton lembrou muito bem das conquistas que tivemos nesses últimos anos, mas precisamos de mais. E é para isso que estamos nesta audiência pública.

Eu sou pedagogo do *Programa Transcidadania*. E gosto muito de salientar que nós não somos somente as pessoas que recebem políticas públicas, porque, com oportunidade, podemos implementá-las para os nossos. É um programa que visa a reintegração de pessoas em vulnerabilidade social – em especial, no caso, homens trans.

Uma das estratégias que, a meu ver, como representante de uma instituição focada para as questões de transmasculinidades, nós temos que falar do *Plano Municipal de Educação*.

Minha gente, o plano educacional, em 2015, que vai vencer em 2025, aboliu, extinguiu o debate sobre gênero e sexualidade nas escolas, minha gente. Se eu não crio um ambiente seguro para essas existências, como essas pessoas vão estar nesse ambiente hostil? Como isso vai acontecer?

O apelo que eu faço nesta Casa... Sei que muitas pessoas estão com a questão de outros mandados, outras questões; mas este apelo é para os Vereadores que ficam e para outros que aqui estarão futuramente: revisem o *Plano Municipal de Educação*, para que possamos

incluir gênero e sexualidade, sim; que tornemos a escola um lugar seguro pra as transmasculinidades.

Eu mesma tive que viver muito tempo como uma mulher cisgênero para concluir os estudos. Outros homens trans vivem essa mesma situação. Então é importante pontuarmos que a educação tem que ser de fato para todos, todas e *todes*.

E também quero falar da questão de algumas unidades básicas de saúde que têm a equipe multidisciplinar, mas não dão acesso à testosterona – sempre falta a testosterona. Quando o homem trans retifica o nome, o acesso a algumas especialidades, devido a especificidades do cadastro de saúde, este homem trans passa a não ter acesso a ginecologista. E precisamos pautar essas coisas.

Homens trans retificam o nome. O acesso a algumas especialidades, devido à especificidade do cadastro de saúde, esse homem trans não tem acesso à ginecologista. A gente precisa pautar essas coisas e, também, alargar a parceria entre o município e o estado.

Homens trans esperam, no mínimo, dez anos para fazerem a mamoplastia, que é retirada dos seios. Usar *binders* não causa só questão de problema na pele, problemas respiratórios, de postura.

Então, imagine ter que esperar dez anos ou mais para vivenciar plenamente seu corpo e sua cidadania. A gente vive numa sociedade binária que nos impõe uma identidade de gênero, uma orientação afetiva sexual, uma expressão de gênero. Pior: uma afetividade e uma sexualidade.

A gente está nesta audiência pública para viabilizar esses corpos que são invisibilizados devido ao machismo, misoginia e transfobia. É importante pontuar que nós somos vítimas de transfobia. Não adianta estar aqui com aparência masculina e com o documento retificado. Tenho necessidade de homem trans. O fim é quando pessoas cis alegam que constroem um conceito universal feminino e negam as nossas subjetividades e necessidades.

Quero colocar, por fim, Vereadores, que o nosso papel é de pensar em emprego para essa população. Como pensar em emprego para essa população. Têm empresas que

necessitam de incentivo fiscal do município. Por que não criar um projeto de lei: “Tudo bem, você quer isenção fiscal ou alguma coisa?”. Por que não pensar em programas de empregabilidade para homens trans e transmasculinos? Por que não pensar?

As pessoas pensam que essa população está resolvida, mas não está. Depende de que tipo de homem trans eu estou falando aqui. Se esse homem trans tem uma aparência como o Anderson Herzer, não consegue ser empregado; se não tem a devida formação, não consegue ser empregado. Como ele vai ter formação se o ambiente escolar é hostil a sua existência.

Assim como foi lido um poema Anderson Herzer – eu não vou repetir. Quero deixar essas reflexões porque a gente precisa pensar num tripé: educação, saúde e trabalho.

Existem outras coisas que precisamos rever, inclusive, na assistência social: campos de identidade de gênero e orientação afetiva sexual nos cadastros, porque isso gera demanda e política pública. Outra coisa que deveria ser revista seria um novo mapeamento transmunicipal, pois o mapeamento municipal da forma que foi conduzido foi um avanço – reconheço e agradeço, Vereador, novamente, pela emenda destinada a essa conquista -. mas tem que ser revisto por quê? Porque, mais uma vez, a nossa população foi visibilizada e tida como algo secundário. Temos que explorar mais a população transmasculina nesse tipo de mapeamento. Temos que colocar mais homens trans realizando esses mapeamentos e temos que falar de homens trans aqui. Eu proponho a criação do Dia da Visibilidade Transmasculina nesta Casa. Proponho que seja um dia municipal, que seja um dia de atividades, que homens trans e transmasculinos estejam nesta mesa falando. Queremos outros Vereadores e Parlamentares homens trans. Lamento muito a ausência do Vereador Thammy Miranda. Entramos em contato com o Vereador, mas, infelizmente, não sei o que aconteceu. Foi uma grande perda porque ele é homem como nós. Independente das questões ideológicas, ele é um corpo transmasculino e deveria estar aqui nos apoiando neste importante momento.

Gostaria, novamente, de agradecer a duas pessoas: Justino, meu pai de família LGBT – gostaria que ele fosse aplaudido (Aplausos), porque a família Stronger tem um trabalho importante para a transmasculinidade – e o coordenador de comunicação do Núcleo de

Transmasculinidade Leonardo (Aplausos); presença dos meninos do Centro de Acolhida João Neri e da técnica Assistente Social Alana (Aplausos); Diretor Fundador da Parada Nelson Matias (Aplausos) e Adriana.

Acho importante nomear essas pessoas porque nós não somos nada sozinhos. A minha fala se encerra em dizer que Anderson Herzer é uma inspiração; uma inspiração de luta individual e no Núcleo de Transmasculinidades.

Eu acredito que este Dia da Visibilidade Transmasculina tenha que ter um apêndice dele. A gente está num processo de luta para reconhecer o Anderson Herzer.

Estamos com umas questões burocráticas porque a gente pretende construir a memória transmasculina em São Paulo, quiçá no estado. Precisaremos muito da ajuda de vocês para que este processo aconteça.

Desde já encerro a minha fala para dizer que me sinto muito honrado de estar nesta Casa do Povo, porque é casa do povo e não, de alguns. (Palmas)

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton)** – Obrigada, Luiz Fernando, muito boas suas colocações. Esse tripé que você propõe é um tripé de bastante relevância no que diz respeito ao exercício da dignidade, da cidadania, enfim. Temos que repensar, também, a questão do censo que, de fato, tem uma certa defasagem no que diz respeito às identidades transmasculinas, e essa é uma defasagem que precisamos combater, não só no censo dentro do debate da transexualidade, existem alguns setores que ainda têm dificuldade de entender a importância, urgência e necessidade de contemplar e incluir na sua mais extrema complexidade as identidades e os desafios das transmasculinidades, assim como nós, mulheres trans e travestis, conseguimos consolidar um debate que nos faz hoje estar em determinado lugar e precisamos nos aliar a lutas e desafios colocados pelo debate da transmasculinidade para que possamos todos ocupar o mesmo espaço e termos visibilidade porque ela é, sim, importante na construção de novos marcos e civilidades para a nossa comunidade.

Passo a palavra a André Dias Cambraia, Presidente do Conselho Municipal de Políticas LGBTQIA+ de São Paulo.

**O SR. ANDRÉ DIAS CAMBRAIA** – Bom dia. Eu estou Presidente do Conselho Municipal de Políticas LGBTQIA+ da Prefeitura de São Paulo. Vim representando o Conselho para trazer um pouco da situação que temos lá.

Quero fazer os agradecimentos a Erika Hilton, Eduardo Suplicy, Daniel Annenberg, Vereadores, parabéns pelas respectivas eleições; agradeço ao Miguel que conhecia agora; Uchôa pela iniciativa; agradeço a Família Stronger como um todo; Rosana Assessora do Vereador; Anderson, Conselheiro Estadual; Nelson da Associação da Parada; queridos do Conselho Municipal; Adriana, minha esposa, também conselheira; pessoal que é usuário dos serviços de UBS; agradeço pela iniciativa da audiência, pelo convite, especialmente, ao Gil Santos, esse, sim, representando a pauta que faz a representação das pessoas transmasculinas no Conselho Municipal.

Nesta representação do Conselho, vim para falar um pouquinho do trabalho que a gente faz. O Gil vai dar mais detalhes depois com experiência de vida e de causa, mas, fazendo um apanhado geral, porque acho importante.

É importante estamos juntos não só neste momento da audiência, mas para somarmos forças, conversando com todo mundo, tenho conversado como Conselho de Política para Mulheres, Conselho Municipal de Saúde, aliás, para fazermos um trabalho em conjunto e discutirmos algumas pautas.

Na Prefeitura, temos sérios problemas para passagem de pauta. Não sei se todo mundo sabe que existe um cadastro LGBTQIA+ que a gente queria que fosse um censo. A ideia foi do Conselho Municipal. A gente se reuniu com um pessoal de Araraquara que fez um censo por lá para gerar políticas para todos os públicos de São Paulo. Não saiu do jeito que a gente queria. Nós não fomos convidados para a posse, para a inauguração do projeto, vamos dizer assim, mas a gente tem feito discussões, como, por exemplo, sobre empregabilidade.

Foi proposto para a Prefeitura fazer a contratação de empresas vinculando a uma cota para pessoas trans. Também não foi para frente. Mas temos uma série de outras situações que estamos tentando fazer.

Hoje, a gente vem trazer pautas que são de pessoas que fazem uso das UBSs e, também, discutir a questão do uso do ambulatório trans que vai ser inaugurado, sobre o qual o conselho não foi avisado. Eu fiquei sabendo pelo Diário Oficial. A gente vai pautar isso.

Eu não sei se cabe ler pauta ou se entrego em mãos. O que preferem? (Pausa)  
Eu vou entregar em mãos a pauta do pessoal que é usuário das UBSs, com o qual temos trabalhado em conjunto.

Para finalizar, quero fazer um convite: amanhã, teremos reunião do Conselho Municipal e vamos discutir duas coisas. O que a gente está trazendo em discussão hoje, essas pautas, tudo o que vier de proposta que a gente achar que cabe para apresentar para a Prefeitura, vamos levar amanhã, às 17h, uma reunião on-line, e vamos discutir o que queremos para o ambulatório trans. A gente tem discutido, primeiro, dar vazão aos trabalhos nas UBSs que estão superlotadas, como, por exemplo, a de Santa Cecília, que é extremamente demandada, enquanto outras não fazem o atendimento. Tem que ser um local onde as pessoas possam ser atendidas com agilidade e com a preocupação digna com a saúde delas. Fica o convite, amanhã, 17h, no Facebook da Prefeitura.

Coloco-me à disposição para quem quiser pautar ao Conselho Municipal que está representando vocês, conversem comigo, estou à disposição para conhecer todos que puderem ajudar e somar nesta luta.

Obrigado, de novo, pelo convite e pela presença de todos. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton)** – Muito obrigada, André. Pode nos deixar a pauta em mãos. Teremos muito prazer em apreciá-la. Já estamos, inclusive, com relação à UBS Santa Cecília que é uma UBS que tem nos dado bastantes dores de cabeça nos últimos anos, as administrações, através das OSs que têm precarizado, cada vez mais, o serviço – e me parece que essa é uma prática que tem se tornado cada vez mais comum: tirarem da administração

direta e colocarem para as OSs. Vamos ver o que vamos conseguir encaminhar e organizar a partir de reunião próxima, já marcada com a Secretaria Municipal de Saúde, para que a gente trate da questão da UBS, em especial, do tratamento em hormonioterapia para as pessoas trans e travestir que vem sendo, cada vez mais, sucateado, e, agora, com previsão, inclusive, de ser encerrado. Essa a discussão que vem ocorrendo no âmbito da UBS Santa Cecília. Enfim, encaminharemos essa pauta e teremos prazer em apreciar esse documento que nos deixará em mãos.

Convido para fazer uso da palavra Gil Santos, Conselho Municipal de Políticas LGBTs de São Paulo.

**O SR. GIL SANTOS** – Bom dia a todas e todos; Vereador Suplicy, Vereadora Erika, todos da Mesa, companheiros homens trans, companheiros que estão fazendo seus trabalhos. Não vou dizer que é um prazer estar aqui para falar de tanta tristeza. Seria um prazer estar aqui para falar de algum sucesso na vida relacionado a todas as políticas públicas voltadas para as transmasculinidades, mas, enfim, se olhar, não encontra nada. Só desgaste. A gente está adoecendo cada vez mais. Cada vez mais a gente cobra, mais a gente se desgasta, mais a gente fica doente. É complicado.

Erika, eu estou como Conselheiro Gestor da UBS Santa Cecília e também como Conselheiro Gestor do Complexo de Santa Cecília.

Quero agradecer a presença da nossa Conselheira Municipal de Saúde. Ela sabe muito bem o sofrimento da gente lá. Eu sempre estou compartilhando com os movimentos de saúde da região central o que acontece.

As demandas que a gente reivindica lá, sinceramente, as pessoas não têm nem resposta para dar. Os gestores de lá não têm respostas para nos dar, infelizmente é um caso perdido. A última vez que eu falei com a gestora Tânia, que é representante dos LGBTs na Secretaria de Saúde e tal, ela falou que não está faltando hormônios algum, mas, pelo que estou sabendo, está faltando hormônios para as mulheres. Ela falou que não está faltando e que, na verdade, foi trocado. Não é mais o mesmo hormônio, é outro.



Eu gostaria de colocar o áudio de uma menina trans sobre isso, ela falando o que está passando depois que trocaram os hormônios, porque a gente ficou sabendo nesta semana sobre a troca.

É rapidinho. Enquanto isso, estou aqui com um grupo de homens trans, que tem 147 homens e mulheres trans, mas tem mais homens do que mulheres, e as poucas mulheres do grupo dizem que estão passando a pior, que chegam às farmácias e não encontram os hormônios necessários, que precisam.

Vou passar o relato de uma companheira, que está no grupo que a gente criou.

- Registro do áudio: “Então, eu senti que meus bicos do peito ficaram muito sensíveis, incharam muito. E eu estou tomando o comprimido, agora não sei se é muito, porque eu tomei a injeção e estou tomando o comprimido. Eu até diminui um pouquinho, eu estava tomando três por dia; um de manhã, um à tarde, um à noite. Só que como eu tomei a injeção, aí eu estou tomando só um de manhã e um à noite, para não fazer mal, não sei se é a mesma coisa, tudo. Eu nunca tinha tomado Perlutan, mas eu senti que meu peito inchou muito, vamos ver. Eu não vejo a hora que chegue logo o Primogyna, porque é o que eu me sinto melhor”.

**O SR. GIL SANTOS** – Pessoal, esse Primogyna, faz tempo que eu estou cobrando.

**A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton)** – Deixa eu fazer uma pergunta. É a UBS que está aplicando Perlutan?

**O SR. GIL SANTOS** – É em todas as UBSs, na verdade.

**A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton)** – Ela tomou Perlutan na UBS?

**O SR. GIL SANTOS** – Sim, na UBS de Santa Cecília. E a troca foi feita em todas as UBSs que fazem hormonização, o tratamento de hormônio. Infelizmente é isso que está acontecendo e quando eu falei com a Tânia, que é membro da Secretaria de Saúde, ela falou que ia me dar a resposta por *e-mail*, que não está faltando hormônios nenhum. E quando fui verificar o *e-mail*, sabe o que estava escrito lá? Você não faz mais parte do Comitê Técnico de Saúde Integral LGBTI, do qual fazia parte, devido a três faltas sem justificativa. Não foi isso que eu perguntei para ela. E eu não representava somente o Comitê Técnico, eu estou no Conselho

Municipal LGBT há três mandatos. Antes de tudo, eu sou ser humano, sou homem trans, exijo respeito e quero respostas para dar aos nossos companheiros e companheiras.

Então, que desrespeito é esse? Quer dizer que a saúde é como eles quiserem. Você vai buscar o medicamento. Uma troca de receita, agora, eles seguram a receita e você só pode pegar depois de três dias, até lá eu já morri. Eu digo “eu”, porque eu uso remédios controlados, medicação controlada. Eu sou um deles.

Então o que acontece? É assim que o sistema tem que ser? Não, o sistema tem que ser como nós quisermos, porque somos nós que pagamos impostos. Somos nós que dependemos do SUS e o SUS é nosso. Só que essa gestão está acabando com a saúde de todo mundo. Agora, imagine a nossa saúde, é pior ainda, ninguém está nem aí para a gente. A nossa Conselheira está aqui, de prova, que eles não estão nem aí para a gente. E eles têm resposta para tudo. Não se preocupem, resposta você vai ter, sempre. Mas a gente quer ver é a saúde de qualidade e o respeito às pessoas trans, porque eles não querem nos ver vivos. Eles estão nos matando a cada dia que passa e nós não podemos permitir mais isso. Vai chegar um tempo que eu não vou aguentar mais, de lutar. É muito descaso.

Agora, eu posso mudar um pouquinho de assunto? Sobre a saúde, é mais ou menos isso. A gente está aí no trabalho, trabalhando com o Conselho Municipal de Saúde. Nós também fazemos parte do Grito dos Excluídos da Saúde. Nós também fazemos parte do Movimento Popular de Saúde do Centro. Nós não estamos sozinhos, mas como foi dito aqui, a gente precisa se unir mais. A gente precisa ir bater panela. Não dá para a gente esperar a saúde cair do céu, porque esse governo veio para nos matar. Nós não temos nada além de desculpas.

É muito assunto sobre a saúde, mas eu vou parar. Vou falar mais os dois minutos que me restam, porque depois não tem mais minuto nenhum, né?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. GIL SANTOS** – Então, rapidamente. Eu, como Conselheiro Municipal LGBT, quero agradecer ao nosso Presidente André, Presidente do Conselho Municipal de Políticas Públicas LGBT. Foi ele que me indicou para esta Mesa, até porque também não tenho suplente.

Acho que é por isso que eu estou aqui, mas obrigado assim mesmo pelo convite. Convite, não, ele me indicou. Quem me convidou não sei se foi o Suplicy ou se foi a Erika, mas acho que os dois.

Eu quero falar um pouco sobre habitação, moradia. Moradia, pelo amor de Deus. Moradia, já. Nunca faltou tanta moradia na cidade de São Paulo. Sempre faltou para as pessoas trans, LGBTQIA+ como um todo. Agora piorou mais ainda, agora faltou para todo mundo. E aí? Aí que a gente tem um projeto, via Conselho Municipal LGBTQIA+.

Eu estava ajudando a Fe Maidel, que é a Vice-Presidente do Conselho. Esse projeto já está em trâmite na Câmara de Vereadores. Um projeto em que a gente está trabalhando em relação à moradia digna para a população LGBTQIA+. Está na mão de um Vereador, que agora não me recordo do nome. Peço a nossa Vereadora Erika e ao nosso Vereador Suplicy para que vejam com quem está o projeto, para a gente botar em prática, para a gente começar a trabalhar as moradias para a nossa população carente, de baixa renda.

Dizem que a maioria dos homens trans é rico, mas eu não acredito não. Eu não acredito, porque só no grupo que eu tenho, é todo mundo de baixa renda, fora os que estão em situação de rua. Não tem registro de homens trans em situação de rua, porque é considerado como homem masculinizado, como uma lésbica. Não foram contabilizadas essas questões também em relação aos homens trans em situação de rua.

Obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton)** – Obrigada, Gil. É chocante o relato que você compartilha com a gente da jovem tomando Perlutan e mais três comprimidos diários por prescrição médica, dentro de um ambiente de saúde do Poder Público da cidade de São Paulo. Isso, de fato, me choca, me indigna e me incomoda profundamente. Tomaremos medidas imediatamente para que a Justiça possa se manifestar diante desse crime contra a saúde pública. Claro que na reunião que faremos com a Secretaria Municipal de Saúde, o convite está estendido ao Conselho Municipal de Políticas LGBTs, para que esteja presente também, apresentando e levando as demandas que chegam até o Conselho, até os grupos, até as

entidades. Mas, de fato, o que nós estamos passando na cidade e em relação à saúde pública é algo gritante.

Você traz outra questão que é bastante pertinente, que é a da moradia. Tem um grave aumento da população em situação de rua. Conseguimos, com muitas batalhas, a construção da casa João Nery, que destinamos emendas. A casa saiu, foi uma briga dura para que saísse, mas sabemos que ela não dá conta de suprir, nem a João Nery, nem a Casa Florescer, nem espaço algum consegue dar conta de suprir o aumento da grande demanda que tem da população em situação de rua, não apenas a comunidade LGBTQIA+. Sabemos que a comunidade LGBTQIA+ é bastante predominante, e esse relato que você compartilha me choca profundamente.

Pergunto se Caê Vasconcelos se encontra de forma virtual, para que possa fazer uso da palavra.

**O SR. CAÊ VASCONCELOS** – Sim, estou por aqui.

**A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton)** – Excelente. Bom dia, Caê, querido. Seja muito bem-vindo. Você tem a palavra.

**O SR. CAÊ VASCONCELOS** – Bom dia a todes. Primeiramente quero pedir desculpas por não estar presencial, mas acordei meio gripado e preferi ficar em casa.

Acho que os meninos já trouxeram muitos pontos, por isso vou tentar não repetir, mas acho que se repetir, neste momento, é mostrar o quanto é universal as faltas que nos atravessam. Algo que tem me chamado muito a atenção em relação à saúde é, a gente sabe, que as UBSs estão superlotadas, é difícil conseguir entrada, novas pessoas que estão começando os processos de terapia hormonal, e a testosterona está um valor absurdo, quando a gente vai comprar nas farmácias. Antes, coisa de um ano atrás, se pagava 50, 60 reais uma caixa de Testosteron, por exemplo, que é o hormônio que eu uso, hoje está 230, 240 reais por caixa, dependendo da farmácia.

A gente sabe que quanto mais está caro o hormônio na farmácia, mais as pessoas acabam recorrendo ao mercado ilegal, que muitas vezes não tem a garantia de que aquele hormônio vai fazer bem. Essa é uma coisa que tem me assustado muito no âmbito da saúde.

Como jornalista, eu sempre digo que muito da transfobia da sociedade é culpa do jornalismo em si, porque ele é cis, ele é hetero, ele é branco, ele é totalmente normativo e feito por pessoas que sempre tiveram acesso e dinheiro. Agora, a gente está conseguindo ter mais jornalistas LGBTQTs, trans, mas quando a gente chega para pautar algo para os nossos editores-chefes, vem sempre aquela questão: mas quantas pessoas trans a gente tem, quais são esses dados.

Eu me lembro de que no ano passado eu fiz esse levantamento aqui e eu achei muito bom, porque a gente não tinha dados até então, foi minimamente um dado ali. Mas eu também sinto que a gente precisa ampliar esses dados para entender quantas pessoas trans a gente tem em cada situação. Pensando na saúde, quantas estão na fila do SUS, quantas estão sendo atendidas; e em relação à moradia também, quantas estão em situação de rua. Então acho que quantos mais dados a gente conseguir, mais a imprensa consegue ser a imprensa que eu acredito: a imprensa que é aliada das pautas trans e direitos humanos, para a gente conseguir pautar cada vez mais.

Acho que eu estou até doente por causa de tudo que aconteceu nos últimos dias, a gente ter que, mais uma vez, implorar e pedir humanidade, quando a gente está falando de pautas que tem a ver com o nosso corpo e não com a vivência da mulher cis, somente. Fico muito feliz e só aconteceu isso também, porque tem pessoas trans dentro da Câmara Municipal de São Paulo, de a gente ser pautado para falar da questão menstrual, mas precisamos ampliar também para falar da questão de gestação e aborto.

Acho que até é um ato de coragem dos meninos trans que estão tendo que enfrentar esse sistema para poder engravidar e gerar as próprias crianças, mas a gente percebe o quanto tem uma violência, o quanto o sistema de saúde não está pronto, no geral. Não digo do SUS, mas o sistema de saúde brasileiro não está pronto nem para atender mulheres cis que gestam,

imaginem homens trans. Então, a gente só vê relatos de muita violência, muita negligência médica, de as pessoas não conseguirem fazer nem o pré-natal direito.

Normalmente, tem acontecido muito uma coisa que é muito utópica, que são casais transcitrados. A mãe dessa criança, que é uma mulher trans ou travesti, sofre uma violência também desse médico, que acaba não chamando as pessoas pelo nome certo, gerando várias violências. E isso a gente sabe o quanto pode ser ruim para uma gestação, você sofrer o tempo inteiro.

Então acho que não vou nem me prolongar muito, acho que os meninos já falaram superbem, mas acho que enquanto jornalista eu sinto que a gente precisa ter mais dados para a gente conseguir cobrar melhor também jornalisticamente as coisas.

E realmente essa questão do valor da testosterona é algo que tem me assustado, está muito assim difícil, porque eu fico pensando. A gente está num momento, que por conta da pandemia, a pobreza voltou absurdamente, as pessoas não têm dinheiro para comer, não têm onde morar. Como é que vai pagar 230 reais numa caixinha de Testosterol para poder fazer algo que deveria ser um direito básico nosso, deveria estar garantido. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton)** – Obrigada, Caê, pelas suas colocações e por trazer essa importante provocação com relação ao preço abusivo dos hormônios, que de fato é uma problemática que a gente precisa entender como enfrentar. E aí quando setor privado, da indústria farmacêutica, é muito difícil a gente conseguir algum tipo de incidência dentro desse debate.

Caleb não estava, não é?

**A SRA. (Não identificada)** – (Fora do microfone) - O Caleb não está. Inclusive (ininteligível) falar para você o seguinte: em substituição do Caleb, se for possível, obviamente.

A gente tem um representante do nosso núcleo que está presente, ele é o nosso coordenador de comunicação. Se ele puder fazer a fala, não precisa ser necessariamente na mesa, se ele puder fazer a fala agora...

**A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton)** – Eu vou passar a fala para o Miguel e depois eu passo então para alguém que vá substituir o Caleb.

Passo então a palavra agora ao Miguel Angelo, Coordenador de Políticas do Núcleo de São Paulo do Ibrat – Instituto Brasileiro de Transmasculinidade.

**O SR. MIGUEL ANGELO** – Bom, a Erika já me apresentou brevemente. A gente, lá no Ibrat, tem o intuito de combater a invisibilidade da pauta transmasculina nos acessos formais à cultura, à educação, ao trabalho, considerando um recorte racial para todos esses acessos.

Bom, a gente tem umas ações de saúde mental e sensibilização artística. A gente trouxe alguns dados aqui para discutir um pouco com vocês, e também algumas políticas públicas do Brasil.

Bom, de antemão, quando a gente fala de pessoas trans, no Brasil até acho que de LGBTs, os direitos das pessoas LGBTs aqui são judicializados. A gente consegue alguns direitos, mas por meio do Judiciário. Isso não é uma característica só do Brasil. Todos os países da América Latina, as minorias políticas tendem a conquistar os seus direitos via Judiciário.

Isso se dá majoritariamente por conta da característica da colonização, a forte influência católica nos meios sociais que acaba refletindo nas instituições políticas. Daí a importância de ter representantes como Erika Hilton e o Vereador Eduardo Suplicy, que está, enfim, fortalecendo desde 1978. Agradeço a eles.

Enfim, dentro dos direitos judicializados me parece que, a nível municipal, tem uma questão que é o uso dos banheiros. Em muitos lugares privados, mas também públicos, o acesso aos banheiros para as pessoas transmasculinas é bastante limitado. Muitos banheiros têm só mictório ou então não fecha a porta, e isso é uma questão que eu acabei de lembrar, inclusive.

Bom, na Secretaria Especial de Direitos Humanos, isso tudo a nível nacional, a gente tem o Plano Nacional de Promoção de Cidadania. O Ministério da Saúde foi um grande precursor dos direitos das pessoas trans. Fez uma carta de direitos de usuários de Saúde em 2006, o direito de a pessoa ser identificada no SUS pelo nome que preferir. Em 2006, é muito tempo. O Plano de Enfrentamento da AIDS, em 2007, as portarias do processo transexualizador do SUS

trazendo a cirurgia de redesignação sexual, assistência e cuidado para pessoas trans. E em 2010, a Política Nacional de Saúde Integral para população de lésbicas, gays, bissexuais, trans, travestis etc. E depois todos esses direitos que foram judicializados, criminalização, LGBTfobia, o direito à prisão feminina para as travestis, enfim.

Os dados que eu trouxe, o primeiro deles que eu vou comentar aqui é de uma pesquisa feita em 2020, uma pesquisa que foi feita através de um formulário via internet, então foi um meio privado de pesquisar. Esse estudo de 2020 trouxe onde as violências são cometidas, onde majoritariamente as violências contra as pessoas transmasculinas especificamente são cometidas.

As violências que foram evidenciadas nesse mapeamento - não vai dar para vocês verem, mas eu vou falar aqui -, a maior parte delas, 78,2% acontecem em lugares públicos; no ambiente doméstico e familiar, 63,8%. Então, enfim, nos lugares públicos com praças, instituições públicas, é onde acontece a maior parte das violências.

E tem alguns dados de saúde que eu acho importante falar. A gente não se resume só às Unidades Básicas de Saúde que fazem um processo transexualizador do SUS. A gente também usa outros equipamentos de saúde, enfim, para tratar da nossa saúde de maneira integral. E nesse estudo mostra que, para falar de saúde, a gente precisa falar de formação dos profissionais do SUS, e não só para as UBSs especializadas em hormonização.

A gente vê denúncias, chegam para a gente do Ibrat bastantes denúncias de racismo nessas Unidades Básicas de Saúde em relação aos homens trans e transmasculinos pretos e também de transfobias. Essas transfobias vêm em formato de desrespeito ao nome social com 61,4%; desrespeito à identidade, pronomes de gênero, com 64,1%. Então são as maiores violências, o desrespeito à identidade e ao gênero.

Sobre a questão dos hormônios, e aí eu, enfim, dialogo um pouco com o Caê que falou um pouco sobre a questão da Deposteron, que agora está a preços exorbitantes, a gente precisa falar de acesso, na verdade, a esses hormônios. Em uma outra pesquisa, 43,2% não tiveram acesso, seja por disponibilidade, horário, questão financeira, falta de profissionais, está



muito longe; e faz por conta própria, 11%. E esse número é quase igual ao número de pessoas que acessam a cada três meses ou a cada 30 dias.

É claro que acesso aos hormônios conversa muito com a questão da renda das pessoas. Em 2020, em 2021 a Cedec fez um mapeamento na cidade de São Paulo e, assim, as pessoas negras que são trans, na verdade, não abarca só as pessoas transmasculinas, que são negras recebem... 36% dessas pessoas recebem de 523 reais a 1.045 reais, enquanto só 29% dos brancos recebem esse valor, as pessoas trans que são brancas, em detrimento de 8% das pessoas trans brancas que recebem mais de três salários mínimos, enquanto 4% da população trans negra da cidade de São Paulo recebe mais do que três salários mínimos.

Então para a gente falar de acesso a hormônios a gente tem que falar de renda; para falar de renda tem que falar da questão racial. Então todos os dados de mapeamento que se referem a pessoas trans têm que considerar o quesito raça, até porque os homens trans negros, os transmasculinos são atravessados não só pela categoria gênero, mas também pelo conceito raça.

Bom, enfim, eu trouxe esses dados. Tem muitos dados, mas acho que vai ficar chato. Enfim, a partir disso a gente consegue sinalizar, então, algumas necessidades e algumas demandas, inclusive bastante apontadas aqui pelos colegas, pelos vereadores também.

Mas está tudo muito incipiente para combater as discriminações por meio de iniciativas do poder público. Tanto que a maior parte dos dados que são elaborados e que eu consegui encontrar e os meus colegas do Ibrat também conseguiram encontrar, é de organizações e associações privadas. É claro que teve os públicos, mas estão defasados, então é só reiterar, reforçar os mapeamentos e reforçar o acesso e a questão de outras categorias, como a raça.

É isso. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton)** – Obrigada, Miguel. Passo agora a palavra ao Leonardo Elek para que substitua o Caleb.

**O SR. LEONARDO ELEK** – Bom, agradecer a oportunidade, agradecer aos Vereadores Daniel Annenberg, Suplicy, Erika Hilton. Eu sou Leonardo Elek, sou coordenador de comunicação do Núcleo de Transmasculinidade da Rede Família Stronger, e selecionei alguns pontos de âmbito municipal, estadual, federal. Eu sei que o intuito é mais municipal, mas se faz necessário pontuar e chamar a atenção para as nossas pautas.

A nossa luta é visibilizar a transmasculinidade; se faz urgente não só na cidade de São Paulo como em todo o território nacional, uma vez que somos uma parcela da população sistematicamente invisibilizada. Como aconteceu alguns minutos atrás, que a gente foi tratar das questões da UBS, não que eu não ache importante, acho fundamental, mas a gente abordou um pouco das questões de mulheres trans aqui, num dia que já é uma urgência, que é para falar de transmasculinidade. Me desculpem, mas acho que a gente tem que focar na nossa população, com todo respeito.

Voltando, uma parcela da população sistematicamente invisibilizada, com inúmeras tentativas diárias de apagamento por parte da sociedade através da violência física ou verbal, na ausência do poder público em debater nossas demandas e desconhecimento total acerca da nossa realidade.

Faz-se necessário pontuar aqui que homens trans, de acordo com os princípios do guia carta e da Jaqueline Gomes de Jesus, em 2012, são aqueles que experienciam sua vida e existência de modo a reivindicar o reconhecimento social (ininteligível) e não se identificam com o gênero com o qual foi designado ao nascer. Desde que esse indivíduo começa a viver, ele é colocado em papéis de gênero atribuídos às mulheres, sem jamais ter sido questionado se fazia sentido ser travestido de mulher, colocado para ser ensinado a passar, cozinhar, casar, ter filhos, não elevar o tom de voz, acatar decisões de autoridade da família ou do suposto futuro marido.

Para tanto, esses pais investem muito na educação dessas pessoas com a expectativa de formar uma pessoa prendada, apta a exercer esse importante papel social de contribuir com o Estado no controle da natalidade, na educação moral e do que é socialmente aceito, além de aprender o que fazer para merecer aprovação social e pública da sociedade.

No entanto, a partir do momento em que expõe às suas famílias que não se reconhecem com o gênero que lhe foi designado ao nascer, os problemas começam de todas as ordens sociais e públicas possíveis. Muitas vezes começa a violência física, verbal, dentro de casa, tendo sua identidade negada, negado o direito a ser reconhecido pelo nome que escolheu, a ter seus problemas respeitados, entre outros, inclusive a ter problemas de acesso à escola, a violência nas ruas, de todos os tipos.

É evidente que a família também precisa de um tempo para digerir a informação. Também se afasta do seu círculo de amizade, eventualmente da escola, enfim. Só que esse tempo da compreensão mútua muitas vezes não ocorre, ele não acontece.

De acordo com o relatório de pesquisa do mapeamento das pessoas trans no Município de São Paulo 2021, esse tipo de tratamento em seus domicílios leva 25% dessa população a querer se mutilar; 47% desenvolvem transtornos depressivos; e 25% desenvolvem transtorno do pânico e sintomas ansiosos.

Aqui tem outra pesquisa, um dado, um levantamento inédito realizado em 2015 pela UFMG consta que 85,7% da população transmasculina daquele Estado já pensou em cometer suicídio por conta de não ter o seu nome social respeitado, a sua identidade de gênero, seu direito à cidadania, ao emprego, ao estudo e à família. Mais uma vez ressaltamos que não possuímos amplitude municipal, estadual e nacional com dados fidedignos de modo a replicar essas pesquisas pontuais a fim de enxergarmos o tamanho real do problema.

De modo popular, quando uma pessoa se declara transexual, muitos acham que é frescura, que essa pessoa tem problema de saúde mental, que está inventando moda, entre outros. Há inclusive aqueles que acham que é caso para internação psiquiátrica. Devo ressaltar aqui que desde 2018 a OMS retirou a transexualidade do quadro de doenças em seu CID 11.

Conforme apontado no relatório, muitos dos transtornos e doenças desenvolvidos pelos homens trans advêm do fato de sofrerem exclusão social, familiar, dificuldade de acesso ao emprego, à saúde e à educação. Fatos como esses sem dúvida nenhuma merecem a atenção de psicólogos e dos Centros de Atenção Psicossocial, mas em hipótese alguma deve se internar

uma pessoa por ela não ser incluída na vida em sociedade, ainda que apresente plenas condições mentais para tanto.

Muitos desses trans excluídos socialmente, possuem escolaridade, estão em busca de uma oportunidade de trabalho, de serem ouvidos e reconhecidos de serem quem são, cidadãos.

Contamos com o apoio dos senhores Vereadores e do relatório de pesquisas e mapeamento das pessoas trans do Município de São Paulo, para que possamos pensar coletivamente diante das demandas dessa população e instituir políticas que consigam articular um conjunto de ações que concorram para o reconhecimento e fortalecimento da condição cidadã da população trans masculina.

Eu não sei se cabe aqui lermos os 10 pontos do relatório de pesquisas, feito em 2021, ou se vocês preferem, depois ter acesso.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. LEONARDO ELEK** - Está bom. É um pouco extenso.

Muito obrigado pela oportunidade, pela fala e pela oportunidade de estar aqui hoje.

(Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton)** – Muito obrigada, Leonardo, por suas colocações. Encaminhe para nós esses tópicos para que possamos ter acesso e fazer a apreciação. Infelizmente, o tempo acaba nos impedindo de conseguir explorar presencialmente todo debate que poderia ser feito. Nós sabemos que é complexo, que tem inúmeras camadas, precisaríamos de dias para esgotar o debate. Talvez nem esgotássemos, porque se formos escarafunchando vamos encontrando coisas, demandas, realidades que são diferentes e complexas.

Muitas vezes a gente pensa que quando se fala da comunidade trans, estamos falando de algo extremamente homogêneo, mas a heterogeneidade é aquilo que compõem as subjetividades, as problemáticas, os desafios, as realidades são muito diferentes.

Nós somos um grupo, assim como toda sociedade, não apenas a comunidade travesti, a população transgênero, nós somos feitos por camadas complexas.

De fato, é lamentável que tenhamos um tempo cronológico que nos organiza e não se consiga apreciar com profundidade da forma como deveriam ser todos os debates.

Mas, para além do tempo que temos aqui, teremos tempo, inclusive, de fazer outras audiências públicas. Agora, com o Vereador Eduardo Suplicy, em nível de Estado, tenho certeza, que V.Exa. será um importante nome desse debate dentro da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Assim como conosco em Brasília, em nível Federal, no Congresso Nacional, que creio seja o lugar que urgentemente precisa ser provocado por essas pautas. A nossa chegada ao Congresso Nacional movimentará a representação dessa discussão e travaremos os desafios que forem necessários para que possamos consolidar um debate de justiça, de fraternidade, de equidade, participação e pertencimento a toda sociedade, é claro, mas em especial à comunidade LGBTQI+ e, em especial, à população transvestigênera.

Agora temos dois convidados que não estavam confirmados. Faço a verificação de presença para saber se estão presentes: o Sr. Victor Souza Teixeira, Coordenador Estadual de Diversidade Sexual da Secretaria de Justiça e Cidadania.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton)** – É sempre um caos os representantes do Poder Público. O Poder Público sempre fugindo das suas responsabilidades.

O Sr. Leo Barbosa, fundador da ONG Transformação.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton)** – Excelente. Então, pessoas inscritas no site da Câmara, falarão pelo tempo de três a cinco minutos, peço que se atentem ao tempo. Convido a Sra. Ana Claudia Oliveira dos Santos, para que faça uso da palavra. (Pausa) Convido a Sra. Cintia Alves Ensinas. (Pausa)

**A SRA. CINTIA ALVES ENSINAS** - Estou presente. Obrigada pela oportunidade. Só acompanhando hoje, estamos juntos na batalha. Tenho um filho homem trans, para mim é importante estar com vocês e acreditar que a luta vai lá para cima no Federal, no Estadual.

Estou em São Caetano do Sul, onde temos um trabalho bastante forte da Câmara Municipal.

**A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton)** – Cintia, a gente não te vê.

**A SRA. CINTIA ALVES ENSINAS** - Vamos ver se abre a minha câmera. Sou eu?

**A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton)** – Agora foi.

**A SRA. CINTIA ALVES ENSINAS** – É só mesmo para agradecer a oportunidade de estar com vocês, confiando na batalha junto ao Federal, ao Estadual e Municipal. Estou em São Caetano do Sul, onde tem um trabalho bastante forte junto à Câmara Municipal, com as mulheres por mais direitos, a Bruna, a Paula Fernanda. Meu filho, Rafael Ensinas, pertence ao grupo. Estou bastante feliz que a gente possa ir atrás de leis e estratégias para toda população LGBTQIA+, principalmente, no meu caso, dando suporte ao meu filho, na transmasculinidade.

Um grande abraço a todos. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton)** – Convido o Sr. Pedro Correia Rodolfo.

**O SR. PEDRO CORREIA RODOLFO** – Tudo bem, gente. Bom dia. Sou Pedro Correia Rodolfo. Rodolfo Correia é meu nome artístico, sou ator, artista e ativista da causa transmasculina.

Eu fiz uma lista de pautas, creio que não vai dar para falar todas. Mas, de qualquer forma, pode me cortar se o meu tempo passar.

Quero começar falando sobre uma pesquisa que desenvolvi neste ano, na peça *E lá fora o silêncio*, que a gente fez no Laboratório de Técnica Dramática, com a Ave Terrena, que é sua amiga. A gente partiu da história do Anderson Herzer, porque havia uma peça que foi feita há um tempo, só que essa peça, mais uma vez, invisibilizava a identidade dele, tratava com pronomes femininos, enfim, olhava para ele dessa forma.

Eu desenvolvi essa pesquisa, neste ano, porque para mim acho que é uma dor muito grande enxergar historicamente a transmasculinidade como sendo apagada. Não sei se vocês já se perguntaram se existem outras pessoas transmasculinas que a gente conhece sem ser o Anderson e o João? Vocês conhecem, conseguem elaborar outros nomes? Onde estiveram essas pessoas? Não só na época da ditadura, mas antes. Onde estão essas pessoas? Há alguma instituição fazendo essa pesquisa? Existem pessoas pensando sobre isso?

Foi através desses questionamentos e dessas dores, essa falta de me sentir existente na sociedade, na política, nos espaços. Eu não me vejo, não me sinto representado como uma figura simbólica, parece que não há uma pessoa que me defenda quando ocorrem as coisas, quando somos invisibilizados. Foi através disso que eu desenvolvi a pesquisa.

Mais especificamente vou parar para dar uma olhada, rapidinho.

Falando em pesquisa, também, vocês já falaram bastante coisa sobre a saúde, a educação. Sabemos que há portas, as coisas estão aí, mas falta investimento para que as pesquisas continuem. Principalmente na área da saúde, acho que é um foco muito grande.

Eu sou usuário da UBS Santa Cecília, desde que comecei a tomar hormônio e fazer terapia. A terapia é da cabeça, porque a gente fala terapia hormonal, mas acho que isso não me abarca, porque não sou doente, não tenho uma patologia. Acho que é melhor falar em acompanhamento e harmonização.

Então se houvesse oportunidade de os médicos que estão nesse serviço, aqueles que nos acolhem, de fazerem uma pesquisa. Eu conheço, passo com o Dr. Tiago que está no meio desse desmonte agora, conversei com ele muito dessas questões, ele desenvolve uma pesquisa magnífica nesse campo. Infelizmente, com as gestões das OSs não têm esse espaço, não há diálogo aberto, mas se houvessem pessoas transmasculinas na gestão, nós teríamos um olhar diferente nesses espaços.

Não só uma pessoa transmasculina, mas uma pessoa trans, uma travesti, uma mulher trans, seriam totalmente diferentes nesses espaços. Isso nos falta.

Mas por que essas pessoas não estão aí? Porque a gente não está nos espaços de poder, a gente não é autor. Quem já estudou sobre as pessoas trans na faculdade de sua formação? Vocês já se perguntaram se essas pessoas estão aí? Se elas ganharam prêmios assim como os cantores, autores? Eu sou da cultura. Mas em todos esses espaços onde a gente está historicamente? Eu não me enxergo. Isso é uma dor muito grande.

Falando sobre a taxa de suicídio. Fiquei surpreso em ver muitos números e porcentagens. Voltando para a pesquisa, acho que o investimento vai fazer movimentar as coisas em pesquisas.

Por que a gente não consegue ter um número das nossas mortes quantificadas? Como eu consigo lutar por políticas públicas se eu não sei quantas pessoas transmasculinas foram suicidadas. Suicidadas sim, porque é uma morte feita coletivamente, todo mundo contribuiu para isso.

Se houvesse pesquisa nesse sentido, se eu conseguisse dizer que uma pessoa transmasculina vive até tantos anos, se tivesse isso focado, seria algo muito importante. A gente conseguiria lutar por deveres, políticas e direitos. Mas não tem.

Reforço o que já disse, onde estão as pessoas transmasculinas na política? Onde estão os meus pares políticos para me defenderem quando as coisas acontecem?

O IBGE não menciona identidade de gênero. Os agentes vão em nossas casas, fazem o questionário, onde estão as pessoas trans? Como que eu consigo quantificar as nossas existências e as minhas políticas públicas, se eu não existo nesse espaço simbólico, se não há o censo para eu poder lutar? Não há.

As pessoas vão na sua casa. No campo do sexo no formulário, que é biologista, vai perguntar se você é do sexo feminino ou masculino. É isso. E as pessoas transmasculinas que engravidam, vão colocar que têm o sexo feminino. É isso. Se eu entrar no sexo feminino vou ser visto como uma mulher cis? Não é mesmo? É muito complicado a gente não ser visto nesse âmbito mais amplo, coisa que deveria existir.



Sobre a redesignação sexual para a população transmasculina. Sei que ela existe para a nossa comunidade. Só que não fica no resultado satisfatório, não há pesquisa. Voltando para o tema pesquisa. Onde está a pesquisa para a cirurgia que é importante para a nossa existência, para a nossa corporalidade. Por que não tem? Existem a Faloplastia, a Metoidioplastia, a gente consegue saber mais ou menos onde tem a Metoidioplastia aqui no Brasil, mas se encontra em nível experimental. Por que não tem pesquisa para isso?

Eu sou uma das pessoas que gostaria de fazer. Será que um dia eu vou conseguir? Ou será que só daqui a quatro ou cinco gerações alguém consiga? Não é verdade?

Finalizo, agradecendo este espaço aos Vereadores e aos demais presentes.

Eu gostaria de falar sobre o congelamento de óvulos. Gostaria de fazer um dia, já tentei pelo SUS, consegui entrar em contato com o Hospital Perola Byington. Quando liguei para lá, a resposta que obtive com a secretária foi a de que aquele é um espaço somente para as mulheres.

Será que um dia vou conseguir congelar meus óvulos, para poder gerar? Ou será que esse espaço não existe para a população transmasculina?

Queria ser pai nesse sentido, mas parece que isso é só para quem tem dinheiro ou só para as mulheres, como o Perola Byington me informou. Eu não consegui ter uma pessoa para me defender, nesse sentido. Fui atrás de muitas pessoas na política, ninguém me escutou.

Estou praticamente desistindo disso, mas eu queria pontuar esse tema também.

Agradeço a todos pela escuta. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton)** – Convido para seu pronunciamento a querida Miriam.

**A SRA. MIRIAM** – Bom dia, para mim é uma honra participar desta audiência, na questão dos homens trans. Qual é o rapaz que falou agora?

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. MIRIAM** – *Amore*, a sua fala foi ótima, mas eu, como Vice-Secretária da Rede Trans, acho que até o Luiz Fernando sabe, também, que a Rede Trans tem o mapeamento

com a questão dos homens trans. Você pode até entrar no *site* da Rede Trans e poderá saber mais dessa questão da abordagem dos homens trans, enfim.

Também vou sugerir uma pauta tanto ao Legislativo do Estado quanto ao do Município. Primeiramente, parabênizo a Vereadora Erika Hilton pelo fato de ter sido a primeira trans eleita a ocupar o Legislativo em Brasília. (Palmas) Como mulher trans, com 62 anos de idade, nunca vivenciei isso e eu sei como é ser uma trans na ditadura. Eu vivenciei a ditadura e não ocupava esses espaços, como hoje eu ocupo.

É muito importante que tanto a Vereadora Erika Hilton como o Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy façam um chamamento público, também, para as travestis idosas, porque nós também somos idosas e dependemos da rede pública de saúde básica. Nós dependemos, também, da moradia. Muitas trans estão aí, nas ruas, vivenciando o sol e a chuva.

A Adriana também é militante e faz parte da parada desde a sua fundação. A Adriana também faz parte de um coletivo. Esteve no último sábado com a Taís e o Zé Almir, que dão comida para essa população. Quem quiser colaborar com a Adriana, para ajudar o Natal Trans Sem Fome na República, gente, é só procurar a Adriana, que podemos fazer essa ação.

Assim, eu me coloco muito nessa preocupação. Em que sentido? Porque travesti também envelhece. Eu envelheci e, para quem não sabe, eu tive um AVC. Eu não enxergo, mais, deste olho. Tanto é que, para vocês saberem, eu tenho a acessibilidade de uma varinha. Eu só enxergo com 30% deste olho e com este eu não enxergo mais. Quando está esse tempo meio nublado, como hoje, eu posso andar sem o apoio da varinha. Quando está com muito sol, eu tenho de andar, porque eu posso tropeçar e cair. As pessoas têm de saber que eu estou com essa dificuldade, para elas me darem um assento. O farol... Esses dias, eu tive uma queda. Tropecei. Uma moto quase me pegou. Por quê? Porque eu tive até o preconceito de não querer usar, porque eu fico com vergonha de usar. Sabem? Porém, eu tenho de usar, porque as pessoas têm de começar a perceber.

Muitas vezes, nem uso a rede social. Ela é muito boa porque nos favorece. Ela tanto constrói quanto desconstrói, mas eu não usei a rede social falando do meu problema. Muitas

vezes, as pessoas falam, mas esse problema eu vou carregar. Hoje, eu estou dependendo da ajuda de pessoas, porque eu entrei com o auxílio do INSS. Simplesmente, o INSS me negou, porque, quando eu fui conduzir a cadeira para me sentar, ele falou, assim: “Senhora, sente-se.” Eu puxei a cadeira para me sentar e eu me expressei na fala. Ele me negou, porque ele disse que eu tinha uma expressão de fala e eu soube conduzir a cadeira.

Então, gente, muito obrigada por eu estar aqui mais uma vez e vamos pensar em chamar uma audiência pública para as travestis idosas, porque nós também temos de conduzir a nossa voz. Travesti também envelhece e eu envelheci.

Obrigada. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton)** – Obrigada, Sra. Miriam. Passo, então, a palavra para o Sr. Pedro. Antes, porém, gostaria de saber se mais alguém quer falar. Sr. Gil, não é? Srs. Pedro e Gil... Encerro aqui as inscrições. (Pausa) Vou encerrar com o Sr. Elvis e não abrirei mais espaço para fala, depois da fala do Sr. Elvis.

**O SR. PEDRO** – Boa tarde, pessoal. Gostaria de agradecer a presença de todas, todos e todes, nesta tarde. Falando em nome de uma pessoa trans masculina, eu gostaria de atentar alguns pontos que não foram abordados, aqui, hoje, como o acesso à UBS República. É onde eu faço o meu acompanhamento hormonal. É onde eu tenho acesso à saúde, na via pública. Gostaria de levantar alguns pontos que não foram trazidos aqui.

O primeiro deles é sobre quando as pessoas transmasculinas querem gestar, mas também quando não querem. Hoje em dia, não temos acesso a métodos contraceptivos oferecidos pelo SUS, além da camisinha. Então, por que é que não conseguimos acessar instrumentos como o DIU e o Implanon, para que tenhamos a nossa segurança de não vir a engravidar? E àqueles que queiram engravidar, que tenham esse desejo, que tenham acolhimento digno, que tenham acesso à saúde e ao respeito, durante todo o seu pré-natal, a sua gestação, para que isso não seja mais um momento de violência nas nossas vidas.

Falo como uma pessoa que quer engravidar, mas que não quer engravidar neste momento e que tentou buscar outros instrumentos, como o DIU e o Implanon, e não teve acesso.

É um acesso garantido, hoje, apenas para grupos muito específicos e que estão em situação de vulnerabilidade e de violência. Então, por que não estender um instrumento como o Implanon para a nossa população transmasculina?

Outro ponto que também gostaria de levantar é com relação às retificações de nome ou gênero ou nome e gênero, para aqueles que desejam. Hoje em dia, nós temos como acesso os Centros de Cidadania LGBTI+ da cidade de São Paulo, espalhados pelo Município. Eles criaram um projeto que não abarca parte dessa retificação. Então, é, mais uma vez, um acesso precário, um acesso errante, o que conseguimos. Hoje em dia, pessoas que não têm condições de retificar seus nomes e gênero precisam recorrer ao Centro de Cidadania e, dentro disso, custear a primeira via da Certidão de Nascimento. É uma certidão que pode custar de 40 a 300 reais.

É um trabalho que eu venho fazendo junto a algumas parcerias privadas, mas sei que há muitas pessoas que não acessam essas parcerias. No último sábado, tive a grande felicidade de ir até a Casa Florescer realizar a retificação de nomes e gênero, de forma gratuita. Foi uma iniciativa capitaneada por mim e por outra advogada trans. Vejo isso com muito sucesso e com muita alegria. Espero que mais pessoas trans possam acessar os espaços de educação e de ensino e possam se tornar advogados e advogadas e estar em espaços como o da Vereadora Erika Hilton e como o de todos os outros profissionais. Espero que um dia possa ser atendido por uma médica travesti na UBS.

Obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton)** – Obrigada, Sr. Pedro. Chamo, então, agora, o Sr. Gil.

**O SR. GIL** – Olá. Tudo bem? Vou ser bem rápido. É só uma sugestão para o trabalho de vocês, de ter a participação dos médicos que são capacitados com hormonioterapia, principalmente com os corpos transmasculinos, por conta das estratégias de danos, das sequelas que a testosterona está dando no nosso corpo. De 10 anos para cá, eu já falei para vocês da elevação dos hematócritos, que está ligada ao cardíaco. Então, nós temos de ter uma

resposta dos médicos, porque sabemos que somos experimentos e queremos entender o que vai acontecer com o nosso corpo.

João Nery, quando faleceu, tinha uma artrose sistêmica. Tinha tido um problema no coração em 2011. Tinha cinco próteses, três órteses. Faleceu com câncer. Eu estou falando de um homem trans, que só teve 30 anos de hormônios masculinos, diferente de quando eu falo com uma mulher trans, como eu falei com a Taís. Ela chegou a mencionar que tem 73 anos. Toma hormônio desde os 16 e está vendendo saúde. Então, há uma diferença entre um corpo das meninas trans e dos garotos.

Há a importância de haver profissionais que trabalham com os corpos, para explicar para nós, porque não há exames randomizados, ensaios clínicos. Então, somos experimentos e os nossos corpos masculinos são diferentes dos das meninas. Tanto é que há a vida útil delas. São 73 anos e está vendendo saúde. Eu conversei com ela no 5º Seminário das Velhices Trans. Agora, e os meninos? O que nós temos como referência é o nosso avatar, João Nery. É isto o que eu falei para vocês: artrose sistêmica. Ele teve a densitometria óssea, que é o nosso problema. Nós temos meninos, hoje, com quatro anos de hormônio, com hematócritos já com mais de 50. O cardíaco já está indo prejudicado. Percebem a saúde nossa, como é diferente?

Então, há a importância de termos profissionais para discutir isso e explicar o que é que está acontecendo, porque a WPATH já estava falando para nós desses riscos e há muitos meninos que estão muito doentes e não querem parar de tomar hormônio e fazer a doação de sangue, para diminuir esse hematócrito e poder melhorar a sua vida. Então, é sobre essa questão a sugestão que eu passo.

Obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton)** – Obrigada, Sr. Gil. Passo a palavra, agora, ao Sr. Elvis.

**O SR. ELVIS** – Bom dia a todos, a todas e a todes. Primeiramente, eu gostaria muito de agradecer a todos os presentes, que estão nesta audiência pública.

Gostaria de agradecer ao eterno Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, que tem feito um ótimo trabalho, inclusive, em conjunto com a Família Stronger. Estamos falando com o Senador e eu não sei nem em que pé está isso, mas eu sei que está andando a parte do busto de um homem trans, que vai haver lá, no Largo do Arouche. É do Anderson Herzer, o que foi um pedido nosso que o senhor acatou. Já está em andamento. Não sei em que pé está, mas sei que isso já está para acontecer, que vai ser um busto, ali, do Anderson Herzer, no Largo do Arouche, porque somos muito carentes dos nossos ídolos, dos nossos heróis. Vemos tantas estátuas, tantas memórias, como foi falado, aqui, mas de poucas pessoas transmasculinas. São muito poucas, inclusive.

Gostaria de agradecer à Vereadora Erika Hilton, agora Deputada Federal eleita, que tem feito um trabalho muito intenso nesse sentido de recuperação da memória de pessoas trans, inclusive, com um busto que vai ser implementado, lá, no Parque do Carmo, o que também está em andamento.

Só gostaria, mesmo, de agradecer por tudo isso, gente. Muito obrigado, de verdade, por esse trabalho que vocês têm realizado na periferia.

Agradeço ao Vereador Daniel Annenberg. Não sei se está presente, *on-line*. O Vereador também tem nos ajudado em várias paradas na periferia, inclusive, para dar visibilidade para homens trans, pois em todas as nossas paradas da periferia tem havido artistas que são homens trans, pessoas transmasculinas. Calma: há mulheres trans, também, inclusive, na parte de organização. Então, nós temos tido esse trabalho intenso, de buscar, principalmente, atores, atrizes, cantores, cantoras, DJs, que estão ali, na periferia, e que não têm oportunidade para estar em outros lugares, em outros espaços.

É isso. Obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton)** – Obrigada, Sr. Elvis. Agradeço a presença de todas, todos e todes. Digo que, com certeza, este foi um debate extremamente importante para que comecemos a provocar o Poder Público.

Gostaria de fazer um convite, também, para amanhã, às 13h: o comparecimento no ato “Saúde pede socorro! Em defesa do SUS”, que vai acontecer na UBS República, na Praça do Patriarca. Então, nós sabemos, também, do sucateamento. Muito se falou, aqui, sobre o sucateamento da saúde. Então, aqueles que puderem se somar a esse importante ato, faça-o, presente.

Temos de discutir e debater inúmeras questões que envolvam o universo de homens trans e de transmasculinidades – saúde, educação, moradia, empregabilidade, direito à renda, direito ao acesso à dignidade menstrual, à sexualidade, à reprodução. São muitas as temáticas que envolvem essa discussão e obviamente nós não conseguiríamos dar conta de passar de forma completa por todas elas, mas saímos daqui com o compromisso de nos reencontrar para aprofundarmos esse debate e de encaminharmos as propostas que aqui foram apresentadas, porque este é o papel do Poder Público, das audiências públicas.

Vereador Daniel Annenberg, gostaria de fazer uso da palavra?

**O SR. DANIEL ANNENBERG** – É um minutinho, só, Presidente. É só para complementar o que o Sr. Elvis colocou: o nosso gabinete vai continuar apoiando todas as medidas e todas as ações necessárias que sejam para a questão do respeito, a questão de recursos para os projetos, para as ações LGBTQIA+. Então, contem conosco. Eu só queria complementar, dizendo isso. Aprendi muito na audiência pública de hoje. Muito obrigado a todas, a todos e a todes. Obrigado, Presidenta. Obrigado, Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy. Estamos juntos. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton)** – Obrigada, Vereador Daniel Annenberg, por ser sempre um importante aliado das nossas pautas, das nossas discussões. É muito bom poder contar com a presença de V.Exa. nesta Comissão e com o seu empenho na defesa dos direitos dos mais vulneráveis. Dito isso, declaro encerrada a nossa audiência pública. Espero que possamos continuar debatendo isso em outro momento. Sigamos, porque nossa luta é árdua e é longa. Nós seguiremos adiante.

Muito obrigada e boa tarde a todos. (Palmas)